

SUMÁRIO

TÍTULO I DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Artigo 1º	1
1 Seguridade social e previdência social.....	1
2 Tendências mundiais de reforma dos sistemas previdenciários.....	5
3 Riscos sociais.....	7
Artigo 2º	8
1 Princípios – generalidades.....	8
2 Universalidade	11
3 Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais	12
4 Seletividade e distributividade.....	14
5 Correção monetária dos salários de contribuição.....	15
6 Irredutibilidade do valor dos benefícios e preservação do valor real.....	15
7 Valor mínimo dos benefícios	16
8 Previdência complementar facultativa.....	16
9 Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa.....	17
Artigo 3º	19
1 Conselho Nacional de Previdência Social.....	20
Artigo 4º	21
1 Competências do Conselho Nacional de Previdência Social	22
Artigo 5º	22
1 Dever de colaboração dos órgãos governamentais	22
Artigo 6º	23
1 Ouvidoria-Geral	23
Artigo 7º	24
Artigo 8º	25

TÍTULO II DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo Único DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Artigo 9º	27
1	Regimes de previdência	27
2	Seguro-desemprego.....	31
3	Cadastramento como segurado facultativo ou manutenção do registro de empresa	35

TÍTULO III DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo I DOS BENEFICIÁRIOS

Artigo 10	37
1	Beneficiários.....	37
Artigo 11	38
1	Espécies de segurados e generalidades	43
2	Empregados.....	45
2.1	Empregado urbano ou rural no território nacional (alínea <i>a</i> do inciso I)	45
2.2	Trabalhador temporário (alínea <i>b</i> do inciso I).....	46
2.2.1	Trabalhador rural contratado por pequeno prazo	47
2.3	Trabalho realizado fora do Brasil (alíneas <i>c e f</i> do inciso I)	47
2.4	Empregado de missão diplomática ou repartição consular (alíneas <i>d e i</i> do inciso I)	48
2.5	Trabalho para a União no exterior (alínea <i>e</i> do inciso I).....	50
2.6	Servidor público (alínea <i>g</i> do inciso I).....	50
2.7	Agentes políticos (alíneas <i>h e j</i> do inciso I)	51
2.8	Estagiário	52
2.9	Aluno-aprendiz e empregado-aprendiz.....	53
2.10	Empregado com contrato de trabalho intermitente.....	56
2.11	Segurado em percepção de seguro-desemprego.....	58
3	Empregados domésticos	58
4	Contribuinte individual	59
4.1	Empresário.....	60
4.2	Autônomo	61
4.3	Equiparado a autônomo.....	62

4.4	Trabalhadores cooperados.....	64
5	Avulso.....	65
6	Segurado especial	66
6.1	Antecedentes	66
6.2	Caracterização.....	68
6.2.1	Regime de economia familiar e utilização de empregados.....	69
6.2.2	Contribuição do segurado especial e direito a benefícios.....	70
6.2.3	Trabalho indispensável à própria subsistência e exercício de outra atividade.....	72
6.2.4	Participação de segurado especial em sociedade empresária e em cooperativas	76
6.2.5	Residência no imóvel rural	78
6.2.6	Tamanho da propriedade	79
6.2.7	Perda da qualidade de segurado especial	80
6.3	Garimpeiro	81
7	Situação do preso.....	82
8	Exercício de dupla atividade	83
9	Dirigente sindical.....	83
10	Segurado aposentado	84
11	Segurado de baixa renda e microempreendedor individual.....	85
12	Segurado de baixa renda e a EC nº 103/19.....	88
Artigo 12	89
1	Regimes de previdência	89
2	Servidor cedido ou requisitado para outro órgão	90
3	Servidor efetivo em exercício de mandato eletivo.....	91
4	Ação judicial.....	91
Artigo 13	91
1	Segurado facultativo.....	91
2	Restituição de contribuições vertidas por segurado facultativo.....	94
3	Segurado obrigatório que efetua recolhimento com erro no código.....	94
Artigo 14	95
1	Empresa.....	95
2	Empregador doméstico.....	96
Artigo 15	97
1	Aquisição e manutenção da qualidade de segurado	98
2	Período de graça	98
2.1	Prorrogação para o contribuinte individual e para o segurado especial	104

2.2	Percepção de seguro-desemprego e início do prazo da perda da qualidade de segurado.....	105
3	Suspensão da qualidade de segurado.....	106
4	Perda da qualidade de segurado.....	107
Artigo 16	107
1	Dependentes – noção.....	108
2	Cônjuge.....	110
3	Companheiro e companheira.....	114
4	Companheiros homossexuais.....	118
5	Filho.....	121
5.1	Filho menor de 21 anos.....	121
5.2	Filho inválido.....	123
5.3	Filhos com deficiência.....	124
5.4	Adoção.....	126
6	Equiparados a filho.....	126
7	Pais.....	131
8	Irmãos.....	132
9	Avós e guarda de fato.....	132
10	Classes.....	133
11	Dependência econômica e prova.....	133
12	Dependência posterior ao encarceramento de segurado.....	135
13	Perda da qualidade de dependente.....	136
Artigo 17	137
1	Filiação.....	137
2	Inscrição.....	138
3	Inscrição do segurado especial.....	140

Capítulo II

DAS PRESTAÇÕES EM GERAL

Artigo 18	140
1	Prestações previdenciárias.....	141
2	Aposentado que retorna ao exercício de atividade.....	143
3	Exclusão do direito à aposentadoria por tempo de contribuição.....	144
4	Requerimento via cartório.....	144
Artigo 19	145
1	Acidente do trabalho – introdução.....	145
2	Conceito.....	147

Artigo 20	148
1 Doença profissional e doença do trabalho	149
Artigo 21	150
1 Acidentes do trabalho por equiparação	151
Artigo 21-A	152
1 Nexo técnico epidemiológico	152
Artigo 22	153
1 Comunicação do acidente do trabalho	154
Artigo 23	154
1 Dia do acidente	154
Artigo 24	155
1 Conceito de carência	155
2 Contribuições anteriores à perda da qualidade de segurado	156
3 Contribuições recolhidas com atraso	157
4 A revogação do parágrafo único (Lei nº 13.457/17)	158
Artigo 25	160
1 Períodos de carência	161
2 Salário-maternidade – distinção entre os segurados	162
3 Pensão por morte e auxílio-reclusão	162
4 Emenda Constitucional 103 e a carência	163
Artigo 26	163
1 Dispensa da carência	164
Artigo 27	165
1 Contribuições consideradas para efeito de carência	166
2 Situação do contribuinte individual a partir de abril de 2003	167
3 Contribuições anteriores no caso de segurados que retornam ao sistema	168
4 Tempo em percepção de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez	168
Artigo 27-A	169
1 Retorno ao sistema e necessidade de cumprimento de metade do prazo da carência	169
2 Questões de direito intertemporal	170
Artigo 28	171
1 Salário de benefício e renda mensal inicial	172
2 Sistemática diferenciada das prestações acidentárias	172

3	Servidores públicos ocupantes de cargos efetivos	172
Artigo 29	173
1	Mudanças no cálculo dos benefícios.....	174
2	Salário de benefício	175
3	Salário de contribuição	179
3.1	Ajustes de contribuição	181
3.2	Espécies de salário de contribuição.....	182
3.3	Salário de contribuição do empregado, do doméstico e do avulso	182
3.3.1	Parcelas integrantes do salário de contribuição	184
3.3.2	Benefícios pagos pela Previdência Social.....	187
3.3.3	Salário-maternidade e seguro-desemprego como salário de contribuição	188
3.3.4	Valores percebidos a título de auxílio-acidente.....	189
3.3.5	Contribuição sobre o abono anual.....	189
3.3.6	Contribuição sobre o abono anual para cálculo do salário de benefício	191
3.3.7	Contribuição sobre o adicional de férias.....	192
3.3.8	Contribuição incidente sobre o período de espera (salário pago pelo empregador relativamente aos 15 primeiros dias da licença)	192
3.3.9	Subsídio pastoral	193
3.3.10	Quebra de caixa	193
3.3.11	Diferenças resultantes de ação trabalhista	194
3.4	Salário de contribuição do contribuinte individual (autônomos, equiparados, empresários) e do segurado facultativo	195
3.4.1	Microempreendedor individual e segurado facultativo de baixa renda	195
3.4.2	Questões afetas ao sistema antigo da escala de salário-base.....	196
3.4.3	Regressão	199
3.4.4	Exercício simultâneo de atividades.....	200
3.4.5	Eliminação da escala de salário-base	201
3.5	Aposentado	202
3.6	Segurado especial.....	203
4	Período básico de cálculo	204
4.1	Regras atuais	204
4.2	Regras anteriores à EC nº 103/19.....	206
4.2.1	PBC do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez.....	207
4.2.2	Limitação da renda mensal do auxílio-doença à média dos doze últimos salários de contribuição.....	208

4.3	Período de apuração na redação original da Lei de Benefícios	212
5	Fator previdenciário	212
5.1	Razões de sua criação	212
5.2	Fórmula do fator previdenciário.....	214
5.3	Direito adquirido e regra de transição da EC nº 20/98.....	218
5.4	Aplicação da regra do fator de forma integral quando o fator de transição é menos favorável.....	218
5.5	Correção dos salários de contribuição até a DER	219
5.6	Revisão da vida toda.....	220
Artigo 29-A		222
1	Informações do CNIS para cálculo do Salário de benefício	223
Artigo 29-B		224
1	Índice de correção dos salários de contribuição.....	224
Artigo 29-C		225
1	Fórmula 85/95	225
2	Não incidência do fator previdenciário no sistema anterior	226
Artigo 30		227
1	Remuneração variável no caso de prestações acidentárias	228
Artigo 31		228
1	Reajuste dos salários de contribuição	228
2	Auxílio-acidente.....	228
Artigo 32		229
1	Atividades concomitantes.....	229
2	Problemas enfrentados na aplicação da sistemática anterior	229
Artigo 33		234
1	Valor mínimo do benefício	234
2	Limitações legais com reflexos no valor dos benefícios	235
2.1	Limitação dos salários de contribuição.....	236
2.2	Limitação do salário de benefício.....	237
2.3	Limitação da renda mensal inicial.....	239
3	Reforma constitucional e limitações no cálculo do valor dos benefícios.....	244
4	O valor real dos benefícios e a aplicação dos “novos tetos” (RE 564.354)	245
Artigo 34		247
1	Noção	248
2	Empregados e avulsos	248

3	Empregados domésticos	250
4	Contribuintes individuais e segurados facultativos	250
5	Segurado especial	251
Artigo 35	251
1	Desconhecimento do valor dos salários de contribuição.....	251
Artigo 36	251
1	Falta de prova do recolhimento das contribuições do doméstico.....	252
Artigo 37	253
1	Revisão do benefício	253
Artigo 38	253
1	Cadastro de informações.....	253
Artigo 38-A	255
1	Cadastramento dos segurados especiais.....	255
Artigo 38-B	257
Artigo 39	258
1	Benefícios devidos aos segurados especiais	259
2	Recolhimento de contribuições atrasadas por segurado especial	260
3	Auxílio-acidente para o segurado especial.....	261
Artigo 40	262
1	Abono anual	262
Artigo 41	263
Artigo 41-A	263
1	Reajustamento dos benefícios.....	264
1.1	Noção e generalidades.....	264
1.2	Cláusula de preservação do valor real.....	266
1.3	Equivalência com o salário mínimo.....	269
1.4	Índice integral no primeiro reajuste.....	270
2	Pagamento	273
2.1	Data do pagamento.....	273
2.2	Primeiro pagamento.....	273
Artigo 42	275
1	Requisitos.....	275
2	Comprovação da incapacidade na esfera administrativa.....	277

3	Preexistência do estado incapacitante.....	278
4	Questões processuais.....	279
4.1	Princípio da fungibilidade das ações previdenciárias.....	280
4.2	Antecipação de tutela	281
4.3	Coisa julgada	282
4.4	Revisão administrativa de benefício concedido pela via judicial.....	283
5	Aposentadoria por invalidez com isenção de imposto de renda na fonte	285
Artigo 43	286
1	Termo inicial	286
2	Convocação para avaliação do estado incapacitante	289
Artigo 44	289
1	Coeficiente de cálculo	289
2	Coeficiente na sistemática anterior	290
3	Renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença	290
Artigo 45	291
1	Acréscimo de 25% e a grande invalidez.....	291
2	Aplicação do acréscimo para outras aposentadorias	292
Artigo 46	297
1	Vedação do retorno	297
Artigo 47	298
1	Mensalidades de recuperação	298
Artigo 48	299
1	Aposentadoria por idade	300
2	Aposentadoria por idade antes da EC nº 103/19.....	303
3	Aposentadoria por idade para os trabalhadores rurais	304
4	Aposentadoria não contributiva para os trabalhadores rurais.....	304
5	Aposentadoria por idade mediante a adição de períodos contributivos e períodos não contributivos (aposentadoria híbrida)	305
6	Conversão da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade	311
Artigo 49	312
1	Data de início das aposentadorias.....	312
2	Aposentadoria e obrigação de afastamento da atividade	313
3	Termo inicial e ações judiciais	315
4	Termo inicial do pagamento de complementação de aposentadoria	317

Artigo 50	318
1 Coeficiente de cálculo da aposentadoria voluntária	318
2 Questões relativas ao coeficiente de cálculo da antiga aposentadoria por idade.....	318
2.1 Emprego do tempo rural para aumento do coeficiente de cálculo	318
2.2 Renda mensal de benefício deferido com base na Lei nº 10.666/03	319
Artigo 51	319
1 Aposentadoria compulsória	320
2 Aposentadoria requerida pela empresa	320
Artigo 52	320
1 Extinção da aposentadoria por tempo de contribuição	320
2 A nova aposentadoria voluntária do RGPS.....	322
3 Do direito adquirido	323
4 Das regras de transição	325
4.1 Regras de transição do RGPS	329
4.2 Regras de transição comuns ao RGPS e aos RPPs.....	332
4.2.1 Regra de transição de aposentadoria voluntária com pedágio de 100%.....	332
4.2.2 Trabalhadores com exposição a agentes insalutíferos	333
4.2.3 Regras de transição para as pessoas com deficiência	334
4.3 Regras de transição previstas para os servidores.....	335
4.3.1 Regra de transição geral dos servidores públicos.....	335
4.3.2 Regras de transição para os policiais, agentes penitenciários e socioeducativos.....	337
5 A antiga aposentadoria por tempo de serviço	338
6 Regras de transição do art. 9º da EC 20/98	338
7 Regra para a aposentadoria por tempo de contribuição estabelecida pela EC nº 20/98.....	339
Artigo 53	339
1 Coeficiente de cálculo da aposentadoria por tempo de serviço no sistema anterior	340
2 Direito adquirido e o art. 9º da EC nº 20/98.....	341
Artigo 54	343
1 Data de início – regra remissiva	343
Artigo 55	343
1 Tempo de serviço e tempo de contribuição	344
1.1 Tempo rural não contributivo.....	346
1.2 Tempo rural registrado em CTPS anterior ao advento da Lei nº 8.213/91 ...	347
1.3 Tempo ficto.....	349

1.4	Tempo em percepção de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.....	350
1.5	Tempo de contribuição de segurado de baixa renda.....	351
2	Prova tarifada.....	353
3	Prova documental.....	356
4	Possibilidade de reconhecimento de tempo anterior ao documento mais antigo	365
5	Tempo de serviço já averbado.....	368
6	Pedido de aposentadoria e determinação de averbação do tempo de serviço	369
7	Desaposentação	370
8	Reaposentação.....	374
9	Reafirmação da DER.....	375
Artigo 56	377
1	Manutenção de tratamento diferenciado para o professor	377
2	Regras de transição para os professores.....	377
3	Aposentadoria especial do professor na redação original da LBPS e a EC nº 20/98	379
4	Aplicabilidade da regra de conversão	379
5	Aplicação do fator previdenciário	383
Artigo 57	385
1	Aposentadoria especial.....	386
1.1	Requisitos.....	387
1.2	Renda mensal	387
1.3	Regra de transição.....	387
1.4	Vedação da conversão do tempo especial.....	388
2	Aposentadoria especial antes da EC nº 103/19.....	388
2.1	Requisitos.....	390
2.2	Termo inicial	390
3	Insalubridade, periculosidade e penosidade.....	391
3.1	Restrição da especialidade para as atividades insalubres	392
3.2	Elenco de agentes nocivos baixado pela administração é taxativo ou exemplificativo?.....	392
3.3	Análise qualitativa e quantitativa dos agentes.....	393
3.4	Agentes cancerígenos	395
3.5	Neutralização da insalubridade	396
3.6	Atividade perigosa depois de 05.03.1997.....	398
3.7	Atividade penosa depois de 05.03.1997	400
3.8	Aproveitamento do tempo em percepção de auxílio-doença	401
4	Âmbito subjetivo da prestação.....	403
5	Renda mensal inicial e conversão antes da EC nº 103/19	404
6	Fator de conversão.....	410

7	Financiamento específico	411
8	Proibição do retorno	411
9	Aposentadoria especial para servidores públicos.....	413
10	Aposentadoria da pessoa com deficiência.....	415
	10.1 Considerações iniciais.....	415
	10.2 Das modalidades de aposentadoria.....	418
	10.3 Da conversão de períodos	419
	10.4 Cálculo do benefício.....	422
Artigo 58		423
1	Critérios legais de caracterização das condições especiais.....	424
	1.1 Enquadramento profissional por analogia	424
	1.2 Proibição do reconhecimento de especialidade presumida	425
2	Comprovação dos requisitos	427
3	A exigência de laudo pericial e a interpretação da jurisprudência	429
4	Perfil profissiográfico previdenciário	430
5	Necessidade de apresentação de LTCAT para o ruído e a NHO-01 da Fundacentro	432
Artigo 59		433
1	Auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).....	434
2	Requisitos.....	434
3	Incapacidade preexistente	435
4	Data de início da doença e data de início da incapacidade.....	436
5	Mudanças previstas pela MP nº 664, de 30.12.2014.....	436
6	Auxílio por incapacidade temporária e auxílio-reclusão	437
7	Antecipação de um salário mínimo	438
Artigo 60		438
1	Data de início do benefício	439
2	Alta programada.....	441
3	Alta programada e a Lei nº 13.457/17.....	444
4	Interesse de agir e alta programada.....	447
5	Concessão provisória em face da demora na realização da perícia	449
6	Recepção de documentação médica do segurado e o Decreto nº 8.691/16.....	452
7	Exercício de atividade por parte de segurado incapaz.....	453
8	Condições pessoais e doenças discriminatórias	454
Artigo 61		454
1	Coefficiente de cálculo do auxílio-doença	455
2	Limitações da renda mensal do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez.....	455

Artigo 62	456
1 Caráter precário e formas de extinção	456
2 Cessação condicionada a reabilitação profissional	457
Artigo 63	459
1 Interrupção e suspensão do contrato de trabalho	460
Artigo 64	460
1 Reabertura de benefício acidentário	460
Artigo 65	460
1 Noção	461
2 Beneficiários	461
3 Mudanças constitucionais relevantes no salário-família	462
4 Justiça competente	462
Artigo 66	463
1 Valor das cotas	463
Artigo 67	464
1 Necessidade de comprovação	464
2 Comprovação para o empregado doméstico	465
3 Cessão do pagamento das cotas	465
Artigo 68	466
1 Forma de pagamento do salário-família	466
Artigo 69	467
1 Salário-família devido ao avulso, forma de pagamento	467
Artigo 70	467
1 Vedação da incorporação	467
Artigo 71	467
1 Salário-maternidade – generalidades	467
2 Duração do salário-maternidade	469
3 Ampliação do prazo pelas Leis nº 11.770/08 e nº 13.257/06	471
4 Ampliação do prazo pelas Leis nº 13.301/16 e 13.985/20	472
5 Pagamento diretamente pelas empresas	472
Artigo 71-A	472
1 Salário-maternidade devido à mãe adotiva	473
2 Ampliação da licença-maternidade para a empregada adotante	473
3 Concessão do benefício para homem	476

4	Pagamento realizado pela Previdência Social.....	477
Artigo 71-B		477
1	Falecimento de segurado ou segurada com direito ao salário-maternidade.....	478
2	Eventos simultâneos.....	479
Artigo 71-C		479
Artigo 71-D		479
Artigo 72		480
1	Renda mensal.....	480
2	Trabalhadora avulsa.....	480
3	Salário-maternidade devido à empregada do microempreendedor individual.....	481
4	Compensação.....	481
5	Prazo de guarda da documentação.....	481
Artigo 73		481
1	Renda mensal do benefício.....	481
1.1	Segurada em situação de desemprego.....	482
1.2	Segurada demitida por justa causa.....	482
2	Possibilidade de superação do teto.....	483
Artigo 74		484
1	Pensão por morte – nomenclatura.....	485
2	Noção e requisitos.....	486
3	Data de início.....	487
4	O contexto das mudanças efetuadas no benefício de pensão pela Lei nº 13.135/15....	489
5	Perda do direito à pensão por indignidade.....	491
6	Tempo mínimo de convivência do cônjuge ou companheiro.....	491
7	Pensão rural.....	492
8	Suspensão temporária do pagamento de cota.....	493
Artigo 75		494
1	Sistema de cotas da pensão.....	494
2	EC nº 103/19 e o cálculo da pensão.....	494
3	A retroatividade da lei mais benéfica para o cálculo da pensão.....	496
4	Revisão do benefício originário com efeitos na pensão.....	497
Artigo 76		498
1	Generalidades.....	499
2	Habilitação posterior de filho absolutamente incapaz.....	499
3	Habilitação posterior quando o benefício já foi recebido pelo filho do casal.....	501

4	Habilitação posterior da esposa ou companheira	501
5	Cônjuge ausente.....	502
6	Dependência econômica	502
7	Duração da pensão para ex-cônjuge ou ex-companheiro.....	503
Artigo 77	503
1	Beneficiários.....	505
2	Reversão das cotas	507
3	Extinção das cotas	508
3.1	Filho ou irmão com deficiência.....	509
3.2	Cotas temporárias e expectativa de sobrevivência.....	509
4	Suspensão do pagamento da cota por indícios de participação criminosa do dependente	511
5	Ação judicial.....	511
Artigo 78	512
1	Morte presumida	512
2	Reaparecimento	514
3	Competência	514
Artigo 79	515
1	Prescrição e decadência	515
2	Prazos de prescrição e decadência após a Lei nº 13.146/15.....	516
3	Revogação efetuada pela Lei nº 13.846/19	518
Artigo 80	518
1	Auxílio-reclusão – noção.....	519
2	Termo inicial	520
3	Requisitos.....	521
4	Ausência de remuneração por parte do recluso e exercício de atividade.....	522
5	Regime prisional.....	523
6	Limite de renda para obtenção do benefício.....	524
7	Segurado desempregado no momento da prisão	526
8	Renda do benefício.....	529
9	Suspensão do pagamento do auxílio-reclusão	529
10	Extinção do auxílio-reclusão.....	529
Artigo 81	530
1	Pecúlios (Revogado).....	530

Artigo 82	531
Artigo 83	531
Artigo 84	531
Artigo 85	531
Artigo 86	531
1 Auxílio-acidente – noção.....	533
2 Beneficiários.....	536
3 Requisitos.....	538
4 Renda mensal.....	538
5 Data de início	540
6 Extinção e revisão do auxílio-acidente	541
7 Acumulação.....	541
8 Abono anual	542
9 Auxílio suplementar	542
10 Competência	544
Artigo 87	545
1 Abono de permanência.....	545
Artigo 88	546
1 Serviço social.....	546
Artigo 89	547
1 Habilitação e reabilitação profissional	547
2 Determinação da reabilitação profissional por decisão judicial.....	548
Artigo 90	548
1 Extensão.....	549
Artigo 91	549
1 Deslocamento.....	549
Artigo 92	550
1 Certificado de capacidade	550
Artigo 93	551
1 Reserva de vagas	552
Artigo 94	553
1 Contagem recíproca	553
2 Reconhecimento do tempo de contribuição e averbação.....	555

3	Certidão de tempo de contribuição	556
4	Certidão de tempo de contribuição e tempo laborado em condições especiais	558
5	Certidão de tempo de contribuição e aproveitamento do tempo rural não contributivo	559
6	Segurado de baixa renda e contagem recíproca	560
Artigo 95	560
1	Carência para contagem recíproca	560
Artigo 96	561
1	Limites.....	562
1.1	Tempo de serviço laborado em condições especiais	562
1.2	Tempo de serviço em atividades simultâneas	568
1.3	Tempo de serviço utilizado.....	569
1.4	Limitação no número de anos para efeito de compensação financeira.....	570
1.5	Juros moratórios sobre a indenização	570
1.6	Tempo de serviço rural	571
1.7	Limitação da expedição de CTC apenas para ex-servidor.....	571
1.8	Averbação automática e dispensa de emissão de CTC	572
1.9	Desaverbação.....	572
Artigo 97	573
1	Aposentadoria proporcional	573
Artigo 98	573
1	Emprego do tempo excedente.....	573
Artigo 99	576
1	Regime instituidor.....	576
Artigo 100	576
1	Salário-família e salário-maternidade para o segurado especial.....	577
Artigo 101	577
1	Exame médico.....	578
2	Acesso aos prontuários médicos.....	579
3	Perícia médica domiciliar ou hospitalar	580
Artigo 102	580
1	Perda da qualidade de segurado	580
2	Perda da qualidade de segurado e aposentadoria por idade.....	581
2.1	Dissociação dos requisitos.....	581
3	Perda da qualidade de segurado e benefícios por incapacidade	583

4	Perda da qualidade de segurado e pensão por morte	583
5	Regularização posterior mediante pagamento das contribuições em atraso.....	585
6	Regularização do pagamento de contribuições recolhidas tempestivamente com valor inferior ao limite legal	588
7	Perda da qualidade de segurado e a Emenda Constitucional nº 103/19	589
Artigo 103		590
1	Prescrição.....	590
1.1	Impedimento e suspensão da prescrição.....	591
1.2	Interrupção da prescrição.....	592
1.3	Termo inicial da prescrição	594
1.4	Termo inicial no caso de ajuizamento de ação coletiva.....	594
1.5	Momento para alegação da prescrição e decretação de ofício	595
1.6	Prescrição segundo o Decreto nº 20.910/32.....	596
1.7	Prescrição e reclamatória trabalhista	596
2	Decadência	597
2.1	As Súmulas nº 64 e nº 81 da TNU e a redação do art. 103 estabelecida pela Lei nº 13.846/19	600
2.2	Pedidos não analisados pelo INSS e o Tema 975 do STJ	603
2.3	Reclamatória trabalhista (questão não decidida no Tema 975)	607
2.4	Aplicação dos tetos previstos nas ECs nº 20/98 e nº 41/03	608
2.5	IRSM de fevereiro de 1994 e a Lei nº 10.999/04	609
2.6	Revisão do inciso II do art. 29 da LBPS.....	609
2.7	Direito ao melhor benefício	609
3	Pedidos de desaposentação	610
4	Decadência no caso de benefício derivado	610
Artigo 103-A		611
1	Decadência para a administração.....	612
1.1	A regra atual	612
1.2	A regra geral (Lei nº 9.784/99, art. 54).....	613
1.3	A regra específica anterior.....	617
1.4	Procedimento administrativo na cassação de benefícios	619
1.5	Prazo prescricional para a cobrança.....	622
Artigo 104		624
1	Prescrição no acidente do trabalho	624
Artigo 105		624
1	Requerimento de benefício – noção	624
2	Agendamento e data de início do benefício.....	625

3	Prévio requerimento administrativo e ação judicial.....	626
Artigo 106	629
1	Comprovação do exercício de atividade rural.....	630
2	Eficácia prospectiva e retrospectiva dos documentos.....	633
Artigo 107	634
1	Tempo de serviço e cálculo dos benefícios.....	634
Artigo 108	637
1	Justificação administrativa.....	637
2	Justificação administrativa determinada por decisão judicial.....	639
Artigo 109	640
1	Noção – pagamento.....	640
Artigo 110	641
1	Pagamento a incapaz.....	642
2	Dependente considerado indigno.....	643
Artigo 110-A	643
1	Requerimento efetuado por pessoa com deficiência.....	643
2	Juízo competente para fiscalizar o emprego dos valores.....	643
Artigo 111	644
1	Pagamento a segurado menor.....	644
Artigo 112	645
1	Valor não recebido em vida pelo segurado.....	645
2	Aplicação para as ações previdenciárias.....	645
3	Pagamento do resíduo.....	647
4	Legitimidade ativa de pensionistas e sucessores para ação revisional da aposentadoria.....	647
Artigo 113	648
1	Depósito em conta-corrente.....	648
Artigo 114	648
1	Intangibilidade.....	648
Artigo 115	650
1	Descontos.....	651
2	Contribuições.....	652
3	Pagamento indevido efetuado administrativamente.....	653

3.1	Benefício de valor mínimo	655
3.2	Valores recebidos de boa-fé em face de decisão judicial	656
3.3	Limite mensal do desconto.....	660
3.4	Valores recebidos de má-fé.....	661
3.5	Compensação de pagamento a maior na ação judicial.....	663
4	Imposto de Renda Retido na Fonte.....	663
4.1	Valores acumulados.....	663
4.2	Isonção.....	664
4.3	Ação judicial.....	664
5	Mensalidades de associações.....	664
6	Pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil.....	665
7	Antecipação de pagamento em caso de calamidade pública	666
Artigo 116	666
1	Demonstrativo de pagamento.....	666
2	Ação judicial.....	667
Artigo 117	667
1	Convênio.....	668
Artigo 117-A	668
Artigo 118	669
1	Estabilidade	669
Artigo 119	671
1	Prevenção de acidentes do trabalho.....	672
Artigo 120	672
1	Ação regressiva.....	673
2	Ação regressiva quando o risco social decorreu de ato ilícito praticado por terceiro	675
3	Trabalhador autônomo	677
4	Prazo prescricional da ação regressiva.....	677
Artigo 121	681
1	Responsabilidade subsidiária.....	681
2	Competência	682
Artigo 122	683
1	Direito adquirido.....	683
2	Pensão por morte mais vantajosa antes da Lei nº 9.032/95	684

Artigo 123	684
1 Transformação em aposentadoria acidentária.....	685
Artigo 124	685
1 Acumulação de benefícios – noção	685
2 A Emenda Constitucional nº 103/19	686
3 O art. 124 da Lei de Benefícios	686
3.1 Aposentadoria e auxílio-doença	687
3.2 Acumulação de aposentadorias	687
3.2.1 Aposentadoria por idade	687
3.3 Aposentadoria e abono de permanência	687
3.4 Salário-maternidade e auxílio-doença	688
3.5 Acumulação de pensões no RGPS.....	688
3.5.1 Acumulação de pensão rural com aposentadoria urbana	689
3.6 Seguro-desemprego	691
3.7 Auxílio-acidente.....	692
3.8 Auxílio-reclusão	692
3.9 Benefício assistencial de prestação continuada	692
3.10 Pensão especial para vítimas da “talidomida”	693
3.11 Pensão especial de ex-combatente.....	693
4 Redução no pagamento de benefícios acumulados (art. 24 da EC nº 103/19).....	694
Artigo 124-A	696
1 Processo administrativo eletrônico	697
Artigo 124-B	697
1 Cruzamentos de dados mantidos pelo Poder Público	698
Artigo 124-C	699
1 Responsabilidade pessoal do servidor	699
Artigo 124-D	699
1 Ações de segurança das informações.....	700
Art. 124-E	700
Art. 124-F	700

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 125	701
1 Regra de contrapartida.....	701

Artigo 125-A	702
1 Fiscalização das obrigações não tributárias	702
Artigo 126	703
1 Contencioso administrativo – noção	703
2 Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS	705
3 Prazo.....	707
4 Efeitos.....	707
5 Depósito prévio.....	708
Artigo 127	708
1 Particularidades processuais em matéria previdenciária	708
2 Litisconsórcio	708
3 Intervenção do Ministério Público	710
4 Prioridade	711
Artigo 128	711
1 Assistência judiciária gratuita	712
2 Gratuidade da justiça	713
3 Isenção de custas.....	716
4 Custas em ação ajuizada nos JEFS.....	718
5 Requisição de pequeno valor	718
6 Requisição de honorários advocatícios.....	722
7 Complemento positivo	723
Artigo 129	723
1 Competência	724
1.1 Ações previdenciárias em geral.....	724
1.2 Competência absoluta ou relativa.....	728
1.3 Unidades Avançadas de Atendimento (UAA)	729
1.4 Ações acidentárias	730
1.4.1 Ações de concessão	730
1.4.2 Ações revisionais	730
1.4.3 Pensão por morte decorrente de acidente do trabalho	731
1.4.4 Ação indenizatória proposta por herdeiros	732
1.5 Benefício assistencial.....	733
1.6 Mandado de segurança	733
1.7 Momento da fixação da competência	734
1.8 Alvará	734
1.9 Retificação de registro civil.....	734

1.10	Juizado Especial Federal	735
1.11	Cumulação de pedidos e valor da causa	741
1.12	Ações que versam sobre previdência complementar	742
2	Contencioso administrativo	743
3	Honorários	743
3.1	Honorários na execução de sentença	745
Artigo 130	747
1	Considerações gerais	748
2	Tutela específica	749
3	Tutelas provisórias no atual CPC	751
4	Liquidação	751
5	Erro material	754
6	Medidas constritivas	756
7	Critérios de atualização monetária	757
8	Juros	758
8.1	Percentual de juros	758
8.2	Correção monetária e juros depois da Lei nº 11.960/09	759
8.3	Termos inicial e final da contagem dos juros	764
9	Recursos	765
9.1	Apelação	766
9.2	Agravo de instrumento	767
9.3	Agravo interno	768
9.4	Embargos de declaração	769
9.5	Recursos especial e extraordinário	771
9.5.1	Recurso especial	771
9.6	Recurso extraordinário	772
10	Reexame necessário	773
11	Recursos nos Juizados Especiais Federais	775
11.1	Recurso contra decisão que aprecia o pedido de tutela de urgência	776
11.2	Recurso contra sentença	777
11.3	Embargos de declaração	778
11.4	Incidentes de uniformização	779
11.4.1	Incidente de uniformização regional	780
11.4.2	Incidente de uniformização nacional	781
11.4.3	Incidente de uniformização dirigido ao STJ	783
11.4.4	Interposição simultânea	783
11.5	Agravo e agravo interno	783
11.6	Agravo regimental	784

12	Execução nos Juizados Especiais Federais.....	785
Artigo 131	786
1	Defesa – noção.....	786
2	Citação e intimações.....	787
3	Resposta do réu.....	789
3.1	Procuração.....	790
3.2	Revelia.....	790
3.3	Prova.....	791
Artigo 132	792
1	Formalização de desistência por parte do INSS.....	793
2	Desistência e honorários advocatícios.....	794
Artigo 133	794
1	Multa.....	795
Artigo 134	795
1	Reajuste dos valores na lei.....	795
Artigo 135	795
1	Salários de contribuição e direito intertemporal.....	795
Artigo 136	796
1	Menor e maior valor-teto.....	796
Artigo 137	797
1	Programa de previdência aos estudantes.....	797
Artigo 138	798
1	Regime da LC nº 11/71.....	798
Artigo 139	798
1	Benefício assistencial de prestação continuada.....	799
1.1	Noção.....	799
1.2	Disciplina legal.....	800
1.3	Modalidades.....	801
1.4	Requisitos.....	802
1.4.1	Idade.....	802
1.4.2	Pessoa com deficiência.....	802
1.4.3	Família do assistido.....	804
1.4.4	Critério econômico.....	805
1.4.5	Concessão de mais de um benefício para a mesma família.....	811

1.5	Estrangeiro não naturalizado	812
1.6	Termo inicial	813
1.7	Abono anual	813
1.8	Acumulação e direito de opção.....	814
1.9	Extinção	814
1.10	EC nº 103/19 e o benefício assistencial.....	815
2	Ação judicial.....	815
2.1	Legitimidade passiva	815
2.2	Fungibilidade do pedido.....	816
2.3	Habilitação de sucessores.....	816
3	Benefício assistencial devido ao trabalhador portuário avulso.....	817
4	Antecipação da concessão em face do fechamento das agências do INSS.....	818
5	Ampliação provisória do critério econômico	818
Artigo 140	819
1	Auxílio-natalidade.....	819
Artigo 141	820
1	Auxílio-funeral.....	820
Artigo 142	821
1	Regra de transição da carência.....	821
2	Aplicação da regra de transição	822
2.1	Perda da qualidade de segurado e a regra de transição	822
2.2	Momento da fixação da carência	823
3	Aplicação da regra de transição no caso de trabalhador que exercia atividade rural antes do advento da Lei nº 8.213/91.....	824
Artigo 143	826
1	Aposentadoria por idade do trabalhador rural	826
2	Prorrogação da vigência do art. 143.....	827
3	Âmbito subjetivo do art. 143.....	828
4	Período imediatamente anterior ao requerimento e impossibilidade de conjugar o § 1º do art. 3º da Lei nº 10.666/03 com o art. 143 da LBPS.....	829
5	Descontinuidade e período imediatamente anterior	831
Artigo 144	833
1	Revisão: “buraco negro”	833
2	Aposentados no buraco negro e o direito aos novos tetos.....	835
Artigo 145	836
1	Revisão integral.....	836

Artigo 146	837
1 Regra transitória de reajustamento	837
Artigo 147	839
1 Base de cálculo da aposentadoria especial	839
Artigo 148	839
1 Aposentadorias especiais por categoria profissional	839
Artigo 149	839
1 Benefícios especiais	840
2 Ex-combatentes	840
2.1 Reajustamentos para ex-combatentes	844
2.2 Adicional de férias	845
2.3 Teto do benefício	845
2.4 Gratificação natalina	846
2.5 Pensão especial do inciso II do art. 53 do ADCT	846
3 Ferroviários servidores públicos ou autárquicos	847
3.1 Interesse de agir	851
3.2 Verbas não incluídas na complementação	851
Artigo 150	852
1 Anistiado político – noção	852
2 Comprovação da condição de anistiado político	853
3 Contagem tempo de serviço	854
4 Renda mensal do anistiado	854
5 Reajustamentos do anistiado	855
6 Pensão	856
7 Questões processuais	856
7.1 Competência	856
7.2 Legitimidade ativa	856
7.3 Legitimidade passiva	856
7.4 Mandado de segurança	857
Artigo 151	857
1 Invalidez mórbida	857
2 Mudanças da Lei nº 13.135/15	858
3 Interpretação extensiva do enunciado	858
Artigo 152	859
1 Aposentadoria especial – relação de atividades	859

Artigo 153	859
1 Regime facultativo complementar de previdência social	860
Artigo 154	860
1 Regulamento	860
Artigo 155	860
1 Vigência	861
Artigo 156	861
1 Revogação genérica	861
BIBLIOGRAFIA	863
ÍNDICE REMISSIVO	871